



BOLETIM SEMANAL

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

6 de agosto de 2008

STJ/CJF e TRF/JFParticipe do seminário sobre o plano de carreira que o Sindjus promove no dia **13/08** **Veja mais informações no site:**www.sindjusdf.org.br

Fiscalizar é preciso

O Ministério do Planejamento divulgou ontem o mapeamento da terceirização no serviço público. São 34.165 funcionários terceirizados, dos quais a maior parte (12.407 pessoas) está na administração direta. Os outros 21.758 se dividem mais ou menos uniformemente entre autarquias, fundações e empresas públicas.

Há oito meses, o Ministério do Planejamento assinou um termo de conciliação judicial com o Ministério Público, onde se comprometeu a substituir todos os funcionários terceirizados por servidores concursados até 2010. Há previsão de que as substituições comecem nos próximos meses; o governo deve autorizar ainda este ano a abertura de concursos para preencher mais de dez mil vagas.

No entanto, no próprio MP há terceirizados em situação irregular, exercendo funções exclusivas de servidores de carreira. Há tempos o Sindjus denuncia esse tipo de ilegalidade. O Ministério Público fiscaliza o Poder Executivo, mas quem fiscaliza o Judiciário e o MP?

Atenção: a hora é agora!

A definição do plano de carreira dos servidores do Judiciário e do Ministério Público não pode mais esperar. A hora da mobilização é agora. Não há nenhuma garantia de que, na agenda do próximo governo, exista espaço político para a valorização do servidor público. Portanto, vamos à luta já!

Roberto Policarpo, coordenador-geral do Sinjus, e os delegados sindicais: mobilização



VALCI ROSA

Delegados debatem o plano de carreira

O novo Conselho de Delegados Sindicais iniciou, no dia 1º, o ciclo de debates sobre o novo plano de carreira do Judiciário e Ministério Público. Além de apresentar propostas e sugestões, os delegados abordaram temas polêmicos e importantes para os servidores: a jornada de trabalho; o uso de subsídios como forma de

remuneração; as funções dos cargos de analista e de técnico; o desvio de funções; e os programas para aperfeiçoamento de servidores, entre outros.

Foi um dia produtivo. Estiveram presentes 64 delegados, durante oito horas de debates, palestras e oficina. As sugestões e propostas foram anotadas para uma discussão posterior, de forma mais aprofundada. O Sindicato pretende, até o final deste ano, ter um plano de carreira pronto, com um projeto diferente e inovador.

Os delegados sindicais saíram do encontro com a missão de aprofundar o debate em torno do plano de carreira e também de enriquecer os seminários que se iniciam na próxima semana. Durante todo o mês de agosto o Sindjus promoverá seminários nos tribunais e Ministérios Público, para debater o plano de carreira. O primeiro será dia 13, com os servidores do STJ/CJF (o diretor-geral Athayde Fontoura foi convidado) e TRF/JF (convidado: diretor-geral Silvio Ferreira).



BIANCA DE BLOK

Enfeite o nosso calendário...

...com os desenhos do seu filho: Concurso Atitude de Desenho Infantil

O tema é *Imaginando o Futuro*. As inscrições estão abertas de 1º de agosto a 1º de outubro. Os doze trabalhos vencedores serão publicados no calendário 2009 do Sindjus e receberão prêmios. Veja o regulamento no nosso site:

www.sindjusdf.org.br

Recesso: uniformização sim, extinção não

O Sindjus está acompanhando de perto a tramitação do projeto de lei que trata do período de recesso no Judiciário. O Sindicato tem trabalhado ativamente para que o texto original aprovado pelos deputados seja restaurado quando voltar à Câmara.

Atualmente, além da Justiça Federal, onde existe há mais de 40 anos, o recesso de final do ano é uma opção administrativa de cada tribunal. O autor do projeto de lei original, deputado Mendes Ribeiro Filho, propôs a regulamentação e a uniformização desse período em todo o âmbito da Justiça. Informe-se sobre o assunto na Revista do Sindjus nº 50, que traz uma entrevista com o deputado Mendes Ribeiro.

UnB forma primeiros cotistas

A lenda de que na Universidade de Brasília os alunos só conseguem se formar depois de longos anos de estudo acaba de ser desmentida. Surpreendentemente, foi desmentida pelos primeiros estudantes admitidos pelo sistema de cotas. Eles concluíram o curso no tempo certo; vários até se adiantaram.

A questão das cotas para minorias é delicada e polêmica. Mas os resultados dos primeiros estudantes a se formarem na UnB sinaliza que essa tentativa de combater à exclusão pode dar resultados positivos. Para eles, o sistema se mostrou eficaz, ao garantir uma formação acadêmica à qual talvez não tivessem acesso. Os esforços dos alunos corresponderam à oportunidade oferecida; eles aproveitaram a chance de estudar e mostraram competência ao correr atrás de um futuro melhor.

